



miguilim

revista eletrônica do netll

volume 10, número 1, jan.-abr. 2021

O ENSINO DE CONCORDÂNCIA VERBAL NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE EM LIVROS DIDÁTICOS E EM UMA PLATAFORMA ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA



THE TEACHING OF VERBAL AGREEMENT IN HIGH SCHOOL: AN ANALYSIS IN TEACHING BOOKS AND IN AN ONLINE PLATFORM IN PORTUGUESE LANGUAGE

Caroline HUNTERMANN
Universidade Regional de Blumenau, Brasil

Karina ZENDRON DA CUNHA
Universidade Regional de Blumenau, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 09/09/2020 • APROVADO EM 09/03/2021
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i1.2868>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o tratamento dado ao conteúdo gramatical concordância verbal por uma coleção de livros didáticos e por uma plataforma online de Língua Portuguesa (LP). A coleção de livros didáticos escolhida foi “Veredas da palavra”, das autoras Roberta Hernandez e Vima Lia Martin, de 2017. A plataforma que também

será analisada é intitulada “Norma Culta”, criada pela empresa 7Graus, com o objetivo de fornecer informações acerca da gramática da língua portuguesa. O estudo configurou-se de caráter interpretativista, de análise comparativa, focalizando o modo como a concordância verbal é tratada nesses materiais e se a sua abordagem segue totalmente os preceitos da gramática normativa, ou se está presente uma visão mais científica de língua, levando em consideração resultados de pesquisas linguísticas atuais. Nosso intuito é responder se o tratamento dado ao tema concordância verbal pelos materiais didáticos em análise é significativo para o ensino e a aprendizagem nas aulas de LP. Nossa hipótese, levando em consideração estudos anteriores, é a de que os materiais didáticos analisados neste estudo seguirão uma perspectiva mais tradicional de ensino de gramática. Os resultados confirmaram nossas hipóteses, indicando a necessidade de um ensino de LP que valorize mais a competência linguística do estudante.



Abstract

This article aims to analyze the treatment given to grammatical content verbal agreement by a collection of textbooks and by an online platform of Portuguese Language (LP). The collection of textbooks chosen was “Veredas da Palavra”, by the authors Roberta Hernandez and Vima Lia Martin, from 2017. The platform that will also be analyzed is entitled “Norma Culta”, created by the company 7Graus, with the objective of providing information about grammar of the Portuguese language. Our hypothesis, considering previous studies, is that the didactic materials analyzed in this study will follow a more traditional perspective of teaching grammar. The results confirmed our hypotheses, indicating the need for an LP teaching that values the student's linguistic competence more.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Análise linguística. Concordância verbal. Materiais didáticos.

Keywords: Linguistic analysis. Verbal concordance. Didactic materials.

Texto integral

Introdução

Quantas vezes um professor de língua portuguesa já ouviu de seus alunos que a nossa língua é muito difícil? Que a gramática do português não parece ter a menor lógica e que eles nunca vão conseguir recordar as intermináveis listas de regras e exceções no decorrer de suas vidas?

A partir desses questionamentos, professores e pesquisadores perceberam a necessidade de refletir sobre a forma como é tratada a língua portuguesa dentro de sala, e como esse ensino poderia se tornar mais significativo. Percebemos nitidamente o quanto a visão científica faz falta nas aulas de Língua Portuguesa quando nos deparamos com dados como *os menino saiu*, que embora seja conhecimento científico consagrado que façam parte da norma linguística de algumas comunidades de fala, ainda são muito estigmatizados pelo senso comum, que considera os falantes dessa variedade como menos letrados, ao contrário

daqueles que mantêm a concordância redundante *os meninos saíram* (PIRES DE OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2020).

Tendo isso em vista, pesquisadores buscam formas de aumentar a visibilidade dessa discussão, e nós, no presente artigo, decidimos discutir o tratamento dado a um conteúdo gramatical nas aulas de Língua Portuguesa (LP): a concordância verbal. A escolha do tema se deve ao fato de que, apesar de os estudos linguísticos terem avançado em certa medida em relação a essa temática (CARDOSO; COBUCCI, 2014; BAGNO, 2007, 2012; MONGUILHOTT, 2009; SCHERRE; NARO, 2006), alguns professores ainda têm bastante dificuldade de trabalhar com esse assunto em sala de aula. Entre os motivos possíveis para essa dificuldade pode-se apontar o fato de que a variação na concordância de número é um dos aspectos linguísticos mais estigmatizados socialmente.

Com isso, o objetivo desse estudo^{1 2} é analisar o tratamento dado ao conteúdo gramatical concordância verbal por livros didáticos do Ensino Médio (EM) da coleção “Veredas da Palavra”, de Roberta Hernandez e Vima Lia Martin, aprovada pelo PNLN em 2017, publicada pela editora Ática. Também, analisaremos uma plataforma educativa online chamada “Norma Culta”, focada em conteúdos de LP. Escolhemos esses materiais didáticos por serem bastante utilizados por docentes e discentes do Ensino Médio e, por isso, devem refletir a maneira como geralmente o conteúdo é abordado nas aulas de LP.

Nosso estudo, de caráter interpretativista, buscou comparar o modo como a concordância verbal é tratada nesses materiais e se a sua abordagem segue totalmente os preceitos da gramática normativa, ou se está presente uma visão mais científica de língua, de acordo com resultados de pesquisas linguísticas atuais.

A partir do referencial teórico selecionado, iremos refletir sobre as pesquisas linguísticas relacionadas à concordância verbal e problematizar o tratamento dado ao conteúdo nesses materiais didáticos. Nosso intuito é responder à seguinte questão: o tratamento dado ao tema concordância verbal pelos materiais didáticos em análise é significativo para o ensino e a aprendizagem nas aulas de LP?

Nossa hipótese, de acordo com estudos anteriores similares ao nosso (HOCHSPRUNG; ZENDRON DA CUNHA, 2019; QUAREZEMIN, 2016; VITORINO; SILVA, 2013), é a de que os materiais didáticos analisados neste estudo seguirão uma perspectiva mais tradicional de ensino de gramática.

Este artigo está dividido da seguinte maneira: na Seção 1, será discutido o referencial teórico utilizado nesta pesquisa; na Seção 2, a metodologia utilizada para as análises feitas no decorrer do estudo; na Seção 3, a análise e discussão dos dados e; por fim, faremos as considerações finais desta pesquisa.

¹ Os resultados apresentados neste artigo fazem parte um projeto de pesquisa intitulado “O tratamento da sintaxe em livros didáticos de Língua Portuguesa: uma análise linguística”, coordenado pela Professora Karina Zendron da Cunha, cujo objetivo é discutir e analisar o tratamento da sintaxe em materiais didáticos de Ensino Médio e plataformas educativas online voltadas ao ensino de português. O projeto recebeu auxílio financeiro da FURB e do CNPq.

² Agradecemos aos pareceristas anônimos pelos comentários e sugestões de melhoria em nosso trabalho. Os erros que ainda persistem são de responsabilidade das autoras.

1 REFERENCIAL TEÓRICO



Nesta seção iremos revisar alguns trabalhos que tratam de temas relevantes para a presente pesquisa, tais como: nomenclaturas e normatizações; reflexão sobre o ensino de sintaxe na Educação Básica; concordância verbal; Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

1.1 NOMENCLATURAS E NORMATIZAÇÕES

Nossa discussão teve início com a reflexão acerca das nomenclaturas utilizadas pela gramática. Em sua discussão sobre nomenclaturas e normatizações, Avelar (2017) faz o seguinte questionamento: de que forma a nomenclatura interfere na abordagem do ensino?

O autor faz um histórico a respeito do surgimento e desenvolvimento das nomenclaturas utilizadas no ensino de gramática. Todos os livros didáticos e materiais relacionados à LP do Brasil seguem a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), um documento criado na década de 1950 com o objetivo de unificar as nomenclaturas dentro do ensino, principalmente nas gramáticas.

Avelar (2017) critica a NGB por incentivar o ensino da LP sem reflexão e propósito, afirmando que as nomenclaturas gramaticais não têm tido uma finalidade clara além do seu próprio aprendizado. Além disso, segundo o autor, a NGB não acompanhou os avanços dos estudos linguísticos que surgiram no decorrer dos anos, tornando-se assim algo obsoleto. O autor trabalha com o exemplo da classificação dos complementos verbais e conclui que a abordagem da NGB é reducionista e pouco ou nada explora sobre a transitividade do verbo ou o contexto em que ele está inserido. A NGB, de acordo com Avelar (2017, p. 53), “[...] não reflete critérios que priorizam a intuição dos falantes a respeito da língua, mesmo porque sua elaboração se deu em um período no qual os avanços da Linguística ainda não se faziam sentir com força entre os estudos gramaticais desenvolvidos no Brasil”. A conclusão do autor é a de que ter conhecimento da nomenclatura gramatical não pode ser uma finalidade, mas sim um instrumento para analisar a língua.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Luft (1985), apesar de suas ideias controversas em relação à Linguística, ao discorrer sobre o ensino de gramática nas escolas, afirma que este é inútil e prejudicial. Inútil, pois despreza a gramática implícita que o falante possui mesmo antes de entrar na escola, além de não contribuir em nada para a sua competência comunicativa, tanto na escrita quanto na fala.

Essa preocupação em explorar uma nova faceta no ensino de gramática na escola tem estado presente em diversos trabalhos recentes (BAGNO, 2014; BASSO; PIRES DE OLIVEIRA, 2012; PIRES DE OLIVEIRA; BASSO; QUAREZEMIN, 2013; BORTONI-RICARDO *et al.*, 2014; PIRES DE OLIVEIRA; QUAREZEMIN, 2016), os quais assumem uma perspectiva científica sobre a língua, na qual se leva em consideração “o conhecimento que o falante tem da sua própria gramática, antes mesmo de ser - ou mesmo sem nunca ter sido - exposto ao ensino formal proporcionado pela escola” (VICENTE; PILATI, 2012, p. 4). Nessa perspectiva, os estudantes são convidados a construir gramáticas e a língua em foco é aquela que o

aluno leva para a escola (aquela que se fala em casa, com os amigos, na intimidade).



1.2 REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE SINTAXE

Sobre o ensino de sintaxe, Avelar (2017) discute a importância de que o aluno reflita sobre a adequação das estruturas sintáticas em diversos contextos e as empregue de forma eficiente. O autor defende, como discutimos na seção anterior, que não se pode focar no ensino de nomenclaturas, e sugere que, com base nas gramáticas internalizadas dos alunos, eles mesmos possam analisar as formas, adequações e sentidos de forma reflexiva.

Um ponto importante discutido pelo autor é que a relação entre sintaxe e sentido não é tão direta, já que temos recursos verbais para produzirmos sentidos sem necessariamente recorrer a mecanismos sintáticos. Mas por que a sintaxe é necessária no aprendizado? Avelar (2017, p. 107) justifica sua necessidade afirmando que a sintaxe é “inerente a qualquer língua humana”, razão suficiente para ser estudada. Além disso, apesar de a sua relação não ser tão direta com o sentido, a sintaxe desempenha um papel ativo na produção de enunciados.

A maior defesa de Avelar (2017) é que o aluno reflita sobre o sentido, então atividades como análise sintática e “decoreba” de termos não devem ser jamais o foco do professor em aulas de LP. Assim, o estudo da sintaxe na Educação Básica além de permitir ao estudante refletir sobre a adequação de estruturas sintáticas a diferentes contextos de uso, também deve fazer com que o aluno empregue de forma eficiente recursos variados de expressão na produção textual. O professor, para atingir esses objetivos “[...] deve assumir uma postura crítica frente às incongruências das gramáticas normativas e se basear em procedimentos que permitam explorar o conhecimento intuitivo do aluno a respeito dos fatos de sua língua” (AVELAR, 2017, p. 104).

A seguir, discutiremos alguns trabalhos que tratam da temática a ser analisada neste artigo, a concordância verbal.

1.3 CONCORDÂNCIA VERBAL

Muitos estudos relacionados à variação linguística na concordância de número no PB já foram realizados (CARDOSO; COBUCCI, 2014; BAGNO, 2007, 2012; MONGUILHOTT, 2009; SCHERRE; NARO, 2006, entre outros), mas ainda assim esse é um assunto que desafia professores de LP. Um dos motivos prováveis é o fato de a variação na concordância de número ser um dos aspectos linguísticos mais condenados socialmente.

De acordo com Trask (*apud* CARDOSO; COBUCCI, 2014, p. 74), a concordância é um “fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical”. A concordância de número pode acontecer entre o núcleo do sintagma nominal e os demais elementos, a concordância nominal, ou entre o sujeito e o verbo, a concordância verbal. Neste artigo, daremos ênfase ao segundo tipo de concordância de número. No PB, a concordância verbal pode ser marcada

de forma explícita no verbo (exemplos 1 e 2), ou não (exemplo 3). Os exemplos a seguir foram retirados de Cardoso e Cobucci (2014, p. 76):

1. Eu jantei ontem.
2. Meus meninos jantaram ontem.
3. Meus menino jantou ontem.

Portanto, após esses exemplos apresentados, iremos abordar o conceito de concordância verbal de acordo com alguns autores e gramáticas. A Gramática Tradicional explica a concordância verbal como uma “harmonia” entre o verbo e sujeito, como uma adaptação realizada pelo verbo referente aos traços do sujeito da sentença, mas segundo Perini (2016) essa explicação tem seus problemas. Em sentenças como *Cheguei de Salvador* (PERINI, 2016, p. 382), por exemplo, acaba-se por utilizar o chamado sujeito oculo para a explicação da concordância, já que o verbo não tem nenhum outro sintagma (*de Salvador* não pode ser) com que se adaptar. Assim o *eu* estaria oculo na sentença apenas para disparar a concordância. Entretanto, a terminação do verbo não é ambígua e já indica sozinha o Tema, tornando-se redundante uma sentença como *Eu cheguei de Salvador*; ou seja, não há necessidade de se postular o sujeito oculo para dar conta desse elemento semântico. Aparentemente, “[...] o sujeito oculo foi criado apenas para salvar a hipótese de que a forma do verbo depende de concordância com o sujeito” (PERINI, 2016, p. 382).

Em sua gramática, Cunha e Cintra (2008, p. 510) conceituam a concordância verbal como “1. A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”. Além disso, Cunha e Cintra (2008) afirmam que se deve evitar a repetição do sujeito, uma vez que ela pode ser indicada pela flexão verbal ajustada a ele.

Já Bechara (2009) afirma que concordância é “adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2009, p. 441). O autor apresenta, em sua gramática, diversos exemplos em diversos contextos, com concordância feita de palavra por palavra, quando depende do número de sujeitos, além de exemplos da palavra para o sentido, quando se utiliza pronomes, entre outros. Regras específicas, como por exemplo “Se o sujeito composto é constituído por diferentes pronomes pessoais em que entra eu ou nós, o verbo irá para a 1. a pessoa do plural” (BECHARA, 2009, p. 451), como no exemplo a seguir:

4. “Vínhamos da missa ela, o pai e eu” [MA.1, 309].

De acordo com Ferreira e Vicente (2015), definições como as apresentadas pelas gramáticas tradicionais muitas vezes se usam de critérios subjetivos, como é o caso da gramática de Cunha e Cintra (2008), em que os autores ao invés de apresentarem definições precisas dos termos utilizados, definem concordância a partir de representações metafóricas, como “solidariedade”. Dessa forma,

Apresentar definições desse tipo aos estudantes figura entre os entraves para uma verdadeira reflexão sobre a língua, uma vez

que não suscita o entendimento de que há um *mecanismo* operante em questão, a respeito do qual o aluno pode fazer inferências, aferir hipóteses ou gerar resultados. (FERREIRA; VICENTE, 2015, p. 435).

Os estudos sobre concordância verbal no PB geralmente costumam atentar para as seguintes variáveis: (i) saliência fônica; (ii) o traço semântico do sujeito; e (iii) a posição do sujeito em relação ao verbo (SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2007).

Scherre, Naro e Cardoso (2007) apontam que a única característica do verbo que de fato tem influência sobre a concordância verbal é a saliência fônica. A posição do sujeito em relação ao verbo e o traço semântico (+animado/-animado) também revelam algum efeito. Entretanto, o tipo de verbo não revela significância estatística.

Castilho (2010, p. 411) define concordância verbal como “[...] a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e seu escopo (neste caso, o sujeito). Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito, haverá marcação de plural no verbo [...]”. Segundo o autor, entretanto, a concordância em PB não pode ser descrita em termos de regras categóricas e, dessa forma, defende que a postulação de regras variáveis retrata melhor o que ocorre em nossa língua. Em sua gramática, Castilho (2010), além de tratar dos casos em que há concordância redundante entre verbo e sujeito, também descreve outras regras de concordância exibidas por algumas variedades do PB, as quais estariam sujeitas a essas regras variáveis, determinadas por uma série de fatores, tais como: (i) saliência morfológica (quanto mais material morfológico para marcação de pessoa no verbo, mais chance há de haver concordância redundante); (ii) proximidade/distância entre o verbo e o sujeito (quanto mais próximo o verbo estiver do sujeito, mais chance há de haver marcação morfológica de concordância no verbo); (iii) posição do sujeito na sentença (o sujeito anteposto favorece a marcação de concordância); (iv) paralelismo linguístico (a presença da marca de plural antecedente favorece a concordância); e (v) nível sociocultural dos falantes. Veja, a seguir, exemplos da influência dos fatores linguísticos para a marcação redundante de concordância verbal (CASTILHO, 2010, p. 412-413, grifos do autor):

5. Saliência morfológica
 - a. *Esses meninos **são** muito desobedientes.*
 - b. *Eles **fala** que eles **faz** o que eles **quer**.*
6. Proximidade/distância entre o verbo e o sujeito
 - a. ***As contas pesaram** muito na minha decisão de fazer mais economia.*
 - b. ***As contas** deste ano, sobretudo depois que eu tive um pequeno aumento salarial, **pesou** na minha decisão de fazer mais economia.*
7. Posição do sujeito na sentença
 - a. ***As roupas** que você encomendou já **chegaram**, depois de muita espera.*
 - b. ***Chegou**, depois de muita espera, **as roupas** que você encomendou.*
8. Paralelismo linguístico

- a. Então essas pessoas me **conhecem**, também **acham** que eu sou uma católica.
- b. Tem outros que **fala** demais e num **diz** nada que se aproveite.

Em relação ao quinto fator, o nível sociocultural dos falantes, de acordo com Castilho (2010), as regras de concordância são variáveis tanto entre os falantes ditos cultos quanto entre os falantes não escolarizados. Para os falantes ditos cultos, importam mais os fatores (ii) e (iii), enquanto para os falantes não escolarizados importam mais os fatores (i) e (iv). Além disso, Castilho (2010, p. 213) defende que:

Do ponto de vista diacrônico, parece que as regras de concordância deixarão de ser uma propriedade gramatical, visto que a colocação dos constituintes sentenciais se torna progressivamente rígida. A rigidez da colocação identifica as funções argumentais, tornando dispensável fazê-lo através da concordância.

Bagno (2012), seguindo uma linha de raciocínio parecida com a de Faraco (2010), em sua gramática pedagógica, discorre sobre um fato importante sobre os estudos da concordância verbal. “[...] nenhum falante do PB aplica integralmente as regras de concordância previstas pela tradição normativa; no entanto, os falantes urbanos mais escolarizados tendem a fazer mais uso dessas regras, principalmente em seus estilos mais monitorados” (BAGNO, 2012, p. 106).

De acordo com Bagno (2012), a variação na concordância verbal só é percebida como “erro” nas seguintes situações:

- (i) sujeito e verbo estão na ordem SV e
- (ii) não há grande quantidade de material fonético ou de segmentos escritos entre S e V. Por isso, a concordância do tipo **eles chegou**, na fala ou na escrita, provoca reação imediata dos falantes mais letrados (que se queixam que ela “dói no ouvido”). (BAGNO, 2012, p. 650, grifo do autor).

Com isso, podemos refletir acerca do quadro de pronomes e da sua influência na concordância verbal. Bagno (2012, p. 645) argumenta que a inclusão dos pronomes *você* e *a gente* como segunda pessoa do singular e primeira pessoa do plural, respectivamente, tem importante papel na mudança da conjugação verbal.

A seguir, na Seção 2, apresentaremos a metodologia utilizada em nossa pesquisa.

2 METODOLOGIA

Neste artigo analisamos a coleção de livros didáticos do EM intitulada “Veredas da Palavra”, das autoras Roberta Hernandez e Vima Lia Martin, e a plataforma online de ensino de LP “Norma Culta”.

A análise foi realizada com base em leituras e estudos teóricos que envolvem a concordância verbal. Trata-se de uma pesquisa de

abordagem interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), de análise comparativa, que focaliza o modo como a concordância verbal é tratada nesses materiais e se a sua abordagem segue totalmente os preceitos da gramática normativa, ou se está presente uma visão mais científica de língua, de acordo com resultados de pesquisas linguísticas atuais. Para fazer a comparação, utilizamos algumas gramáticas tradicionais, como a “Moderna Gramática Portuguesa” (BECHARA, 2009), e a “Nova Gramática do Português Contemporâneo” (CUNHA; CINTRA, 2008), em comparação com a “Gramática Descritiva do Português Brasileiro” (PERINI, 2016), a “Nova Gramática do Português Brasileiro” (CASTILHO, 2010), e também a “Gramática Pedagógica do Português Brasileiro” (BAGNO, 2012).

Na Seção 3, a seguir, realizaremos as análises e discussões a respeito da coleção de LD e da plataforma online de ensino.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção faremos a análise e a discussão dos resultados obtidos por meio de nossa pesquisa. Na Seção 3.1, o foco de nossa análise recairá sobre o tratamento da concordância verbal na coleção de livros didáticos “Veredas da Palavra” e, na Seção 3.2, analisaremos o mesmo fenômeno linguístico na plataforma “Norma Culta”.

3.1 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO "VEREDAS DA PALAVRA"

Primeiramente, apresentaremos um contexto geral sobre a coleção escolhida. “Veredas da Palavra” é um material didático de LP para o EM, que tem seu foco voltado para a formação de leitores. Nesse sentido, seus conteúdos se voltam mais à literatura, contemplando uma grande diversidade de textos literários, inclusive textos indígenas, africanos e afro-brasileiros. A coleção segue uma linha sociointeracionista e discursiva.

Os livros são divididos em unidades e cada unidade possui quatro capítulos. Ao final de cada unidade, as autoras propõem a produção textual de algum gênero que é trabalhado no decorrer do último capítulo.

No livro do primeiro ano do EM, podemos perceber que há poucos conteúdos relacionados à gramática. Tal livro tem mais conteúdos relacionados à literatura, como promete o tema, e apresenta alguns conceitos linguísticos, como variação, língua e letramento (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 37). Todo o capítulo dois da primeira unidade se refere à língua oral e à língua escrita, e a construção das características de cada uma. As autoras apresentam até mesmo algumas curiosidades sobre Libras e Braile.

Entretanto, apesar de não ter como foco a gramática, o livro do primeiro ano apresenta um quadro interessante de pronomes, reproduzido em nosso artigo no Quadro 1.

| Variedade menos prestigiadas | | Variedades mais prestigiadas | | Norma-padrão | |
|------------------------------|------|------------------------------|---------|--------------|---------|
| eu | falo | eu | falo | eu | falo |
| você [tu] | fala | você | fala | tu | falas |
| ele | | ele | | ele | fala |
| a gente | | a gente | | nós | falamos |
| nós | | nós | falamos | vós | falais |
| (vo)cês | | vocês | falam | eles | falam |
| eles | | eles | falam | | |

Quadro 1 – Variação na concordância verbal

Fonte: HERNANDES; MARTIN (2017, p. 261).

O contexto em que o Quadro 1 é apresentado no LD não envolve diretamente a discussão sobre concordância verbal, mas tem como foco o tratamento do fenômeno da variação e o preconceito linguístico. O quadro é muito útil para demonstrar a influência da inclusão da palavra *você* e da expressão *a gente* no rol dos pronomes pessoais. Sobre esse assunto, Perini (2016) afirma que:

O uso de *nós* continua geral, de modo que a primeira pessoa do plural gramatical ainda não se reduziu à terceira. Se isso acontecer, porém, teremos um sistema de concordância reduzido apenas a duas pessoas: a primeira pessoa do singular (*eu cheguei*) e uma “pessoa” geral que engloba todas as outras (*ele chegou; você chegou; a gente chegou*). Em geral, como observei, a terceira pessoa do plural continua distinta (*eles chegaram*), mas não universalmente; nas variedades que aceitam *eles chegou* – e que por ora são consideradas não padrão – o sistema só admite duas formas pessoais do verbo. (PERINI, 2016, p. 387-388, grifos do autor).

Nesse sentido, o professor de LP pode se valer desse quadro para discutir diversos fenômenos linguísticos relacionados à inclusão novos pronomes no rol dos pronomes pessoais. O impacto no paradigma verbal é notório, como discutido por Perini (2016) e Bagno (2012). Além disso, a perda de informação morfológica de pessoa nos verbos conjugados também parece alterar o *status* do PB como língua de sujeito nulo, uma vez que o sujeito tem sido cada vez mais preenchido (conforme evidenciam estudos como o de DUARTE, 1993).

Todas essas discussões, entretanto, ficam de fora dentro de uma perspectiva puramente normativa, uma vez que, para gramáticas normativas como as de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009), a palavra *você* é ainda considerada como pronome de tratamento e *a gente* não figura no quadro dos pronomes pessoais. Os autores dessas gramáticas apenas mencionam que o substantivo *gente* precedido do artigo *a* pode representar o pronome *nós* no colóquio normal ou fora da linguagem cerimoniosa.

Ainda no livro do primeiro ano, podemos perceber algumas falas relacionadas às normas e o termo norma culta é utilizado para se referir à fala mais

monitorada, nesse caso, a fala urbana. As autoras conceituam a norma culta da seguinte forma: “[...] conjunto formado pelas variedades urbanas de prestígio, as mais valorizadas socialmente, que contém os usos mais letrados da língua” (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 38).

Na continuação, no livro do segundo ano, as autoras utilizam o termo norma-padrão para se referir à gramática normativa. O fato de as autoras se referirem às variedades urbanas prestigiadas como pertencentes à norma culta e às regras da gramática normativa como norma-padrão é um ponto extremamente positivo do material didático, uma vez que a confusão entre o que é norma culta e o que é norma-padrão é bastante comum em coleções de livros didáticos e até mesmo em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (FARACO, 2020; HOCHSPRUNG; HUNTERMANN; ZENDRON DA CUNHA, 2020). Veja, por exemplo, a confusão terminológica no trecho a seguir da BNCC, no qual a norma-padrão é tomada como uma variedade da língua:

[...] estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo [...]. (BRASIL, 2019, p. 71).

O livro do segundo ano apresenta ainda conteúdos como classes de palavras, incluindo pronomes, conectivos e verbos. As definições utilizadas pelas autoras são bem próximas daquelas presentes em gramáticas normativas como as de Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009). Além disso, as autoras se valem das famosas definições que levam em conta apenas critérios semânticos, como a de verbo como “ação, estado e fenômeno da natureza”³. Citam também de forma breve as flexões de número, pessoa, modo e tempo. Essa maneira de tratar os conteúdos gramaticais nos remete à discussão de Avelar (2017), em que o autor critica a NGB por utilizar o ensino das nomenclaturas como finalidade, tornando o ensino de gramática um processo sistemático e fechado, como é também o caso do conceito de concordância abordado pelo material didático.

Na sequência, ainda no livro do segundo ano, Hernandez e Martin (2017) tratam dos tempos verbais e dos modos verbais. Na seção chamada “O que diz a norma-padrão”, as autoras apresentam dois quadros (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 172), neste artigo reproduzidos nos Quadros 2 e 3, a seguir. No primeiro, que possui caráter normativo, as próprias autoras fizeram a construção dos exemplos. No segundo, as autoras replicam um quadro proposto por Bagno (2012). Sendo assim, as autoras utilizam esses quadros para realizar uma comparação com o que a gramática normativa defende e o que realmente acontece na língua no dia a dia, utilizando o ponto de vista de Bagno (2012).

³ Para uma discussão sobre esses critérios para classificar as classes de palavras remetemos o leitor ao texto de Figueiredo Silva e Medeiros (2016). Para uma discussão sobre o tratamento das classes de palavras em livro didático, remetemos o leitor ao artigo de Hochsprung e Zendron da Cunha (2019).

| Presente do indicativo | Imperativo afirmativo | Presente do subjuntivo | Imperativo negativo | |
|------------------------|-----------------------|------------------------|---------------------|--------------------|
| Eu | entro | | entre | |
| Tu | entras | entra | entres | não entres |
| Ele/Você | entra | entre | entre | não entre |
| Nós | entramos | entremos | entremos | não entremos (nós) |
| Vós | entrais | entrai | entreis | não entreis |
| Eles | entram | entrem | entrem | não entrem (vocês) |

Quadro 2 – Formação do imperativo segundo a norma-padrão

Fonte: HERNANDES; MARTIN (2017, p. 172).

| MODO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO | | | |
|---|----------------------------|-------------------------------------|--|
| AFIRMATIVO | | NEGATIVO | |
| tu | fala | tu você o senhor a senhora | [nu] não fala [não] [nu] não fale [não] não fale |
| você o senhor a senhora | fala fale | nós | [nu] não vamo(s) fala(r) [não] não falemos |
| nós | vamo(s) fala(r) falemos | vocês | não falem |
| vocês | falem | gente, pessoal etc. | [nu] não fala [não] |
| gente, pessoal etc. | fala | | |

Quadro 3 – Modo imperativo em uso no português brasileiro

Fonte: HERNANDES; MARTIN (2017, p. 172).

A utilização dos Quadros 2 e 3 é importante pela disposição de exemplos e pelo fato de ficar visível a influência dos pronomes e das conjugações na concordância verbal. Também, são quadros interessantes para se analisar, já que a partir deles é possível fazer comparações entre dois pontos de vista de gramática, um voltado à norma-padrão e outro voltado às normas linguísticas que regem os usos efetivos dos brasileiros. Esse é um ponto positivo da coleção, uma vez que, ao contrário de outros materiais didáticos, dá a oportunidade para o aluno refletir a respeito do uso da língua, ao invés de apenas apresentar um quadro normativo.

Depois dos quadros, o livro apresenta alguns conceitos de verbos principais e verbos auxiliares, com a explicação do conteúdo, alguns exemplos e várias atividades ao final. Antes das atividades, porém, há uma pequena caixa de texto com o uso do verbo haver segundo a norma-padrão. Como discutiremos mais adiante nesta seção, essa forma de apresentação do conteúdo não deixa espaço para a construção de gramáticas pelos estudantes, conforme recomendam autores

como Pires de Oliveira e Quarezemin (2016), uma vez que o conteúdo é explicado antes mesmo de os alunos terem a oportunidade de refletir sobre os dados linguísticos.

Nossa análise agora recai sobre o livro do terceiro ano. O capítulo 7 (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 135) trata do tema concordância nominal e verbal. Primeiramente, as autoras apresentam o conceito de concordância de forma geral. Com o intuito de promover a reflexão do estudante, o capítulo inicia com um quadrinho que possui a seguinte frase: *Oito Hienas selvagens acharam que Gleuso estava sequestrando os filhotes*. A partir desse exemplo, as autoras chamam a atenção para a “correspondência de flexão entre os substantivos e as palavras que os acompanham” (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 136).

Em seguida, as autoras realizam a explicação de forma detalhada, ressaltando que o substantivo *Hienas* está flexionado no plural em decorrência do numeral *oito* e do adjetivo *selvagens*. Assim como *os* concorda em gênero e número com *filhotes*. Por fim, após esses detalhes da frase, as autoras acabam resumindo a concordância como “correspondência entre dois termos no que se refere à flexão, que pode ser de gênero, número e pessoa” (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 137).

As autoras ainda afirmam que o português é uma língua redundante em relação à concordância, marcando mais de um elemento do mesmo enunciado. Essa afirmação se aproxima da visão da gramática normativa (CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009) e desconsidera as variedades linguísticas em uso no Brasil. Apesar de as autoras afirmarem, na sequência, que certas variedades do PB podem fugir a essa regra, os exemplos em destaque são sempre aqueles relativos à norma-padrão. Além disso, as autoras afirmam que “[...] é comum, em usos menos monitorados da língua, tanto oral quanto escrito, algumas das regras de concordância sejam abandonadas, sem prejuízo da comunicação” (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 137). Ora, ao afirmar que o falante abandona as regras de concordância, o estudante, se não for bem orientado pelo professor, pode entender que certas variedades do PB não têm regras, não têm gramática.

Mais adiante, Hernandez e Martin (2017, p. 137) afirmam que em estruturas de sujeito posposto ao verbo “[...] existe uma tendência de o falante não concordar o verbo (que está na terceira pessoa do singular) com o seu sujeito (que está na terceira pessoa do plural)”, como ocorre na sentença *Chegou os documentos que você pediu*. Nesse caso, elas ressaltam a importância de tratar isso como uma inadequação à norma-padrão e não um erro. Esse fenômeno ocorre devido a certa dependência do sujeito com a concordância verbal. Como explica Castilho (2010) “na ausência de um argumento externo para competir pela posição de sujeito, o argumento interno é um candidato legítimo para ocupar essa posição; daí entrar em relação de concordância com o verbo” (CASTILHO, 2010, p. 107).

Depois de finalizar a seção com a explicação do conceito geral de concordância, as autoras primeiramente exploram o conteúdo concordância nominal e, em seguida, o conteúdo de nosso interesse neste artigo, a concordância verbal.

Seguindo os passos de gramáticas normativas (CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009), para as quais o verbo deve sempre concordar com o sujeito, tanto simples quanto composto, não importa a ordem dos elementos da sentença, as autoras iniciam a seção explicando exemplos como: *O carteiro não passou pela*

rua hoje e Saíram mais cedo a menina e o avô (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 142).



Depois desses exemplos, as autoras apresentam mais alguns casos que, segundo elas, merecem atenção. Como, por exemplo, expressões partitivas + termo especificador no plural, onde o verbo pode ficar no singular concordando com a expressão ou no plural concordando com o termo, mas, nas normas cultas ditas urbanas, a preferência é pela concordância no singular. Os exemplos utilizados no material são os seguintes:

- a. **A maior parte** das pessoas **fez** a tarefa.
 - b. A maior parte **das pessoas fizeram** a tarefa.
- (HERNANDES; MARTIN, 2017, p. 143, grifos das autoras).

Não faremos uma análise minuciosa de cada um desses casos que, segundo as autoras, merecem atenção. É possível afirmar que esta seção dedicada ao tratamento da concordância verbal acaba assumindo uma postura bastante normativa, dialogando muito pouco com os usos reais feitos pelos falantes do PB e deixando pouco espaço para a reflexão.

Na sequência, o LD apresenta uma série de atividades. Apesar de essas atividades serem todas antecedidas por um texto (aparecem diversos gêneros textuais, como charges, quadrinhos, letra de música, entre outros), muitas delas se limitam à aplicação de conceitos sem muita reflexão, pedindo ao estudante, por exemplo, para identificar se as ocorrências estão de acordo com as regras da norma-padrão. Esse é um exemplo típico do uso do texto como pretexto para o ensino de gramática normativa, um ponto bastante criticado pelos PCNs (BRASIL, 1998; 2001) e também pela BNCC (BRASIL, 2019).

Outro ponto que podemos ressaltar é que a disposição do conteúdo não favorece o trabalho do professor que tem por objetivo incentivar os estudantes a construir gramáticas, no sentido de Pires de Oliveira e Quarezemin (2016), como já notado anteriormente. O fato de o material apresentar a definição do fenômeno linguístico antes de apresentar dados linguísticos não deixa espaço para um trabalho científico com a língua, uma vez que o estudante irá tentar encaixar os exemplos ao conceito apresentado ao invés de construir o conceito a partir dos exemplos. Esse padrão seguido pelo LD, de primeiramente apresentar o conceito, estudar os casos “especiais” e, por fim, realizar atividades de fixação, é também duramente criticado por Ferreira e Vicente (2015, p. 436):

Cabe, entretanto, uma crítica a esse procedimento. Sem que alguém a ensine, uma criança adquire sua língua por meio da exposição ao *input*. Não é necessário, portanto, mostrar as regras do português a um indivíduo para que ele se torne falante do idioma, uma vez que ele possui uma faculdade da linguagem que permite o desenvolvimento da gramática de uma língua. Por que então a escola não pode adotar o mesmo procedimento no “ensino” de estruturas do português?

Portanto, após essa análise minuciosa do material didático, podemos pensar na questão abordada na introdução deste estudo, que foi: o tratamento dado ao

tema concordância verbal pelo material didático em análise é significativo para o ensino e a aprendizagem nas aulas de LP? Percebemos que o tratamento da concordância é feito de forma muito superficial e sistemática, sendo assim, os livros sozinhos não tornam o ensino de LP tão significativo. O material poderia abordar mais exemplos no decorrer da explicação, explorando uma visão mais descritiva do que normativa, já que a forma com que os conteúdos são abordados pode gerar muita confusão para os alunos, devido à quantidade de exemplos que não condizem muitas vezes com sua realidade linguística. Assim, cabe ao professor perceber até que ponto o material ajuda ou não seus alunos. Uma alternativa é a busca por outras fontes e formas de trabalhar o assunto, sem usar o livro didático como único suporte para o ensino.

Como podemos perceber através desta pesquisa, a hipótese levantada na introdução foi confirmada, uma vez que a coleção de livros didáticos assume uma visão normativa na hora de abordar tópicos gramaticais como a concordância verbal – que foi o foco da análise.

Também é importante ressaltar que nossos resultados confirmam o que é dito sobre a coleção de livros didáticos “Veredas da Palavra” na resenha do PNLD. De acordo com a resenha, a coleção apresenta um tratamento ainda bastante normativo da gramática. O texto ainda discute a falta de informações nos livros e critica a forma sistemática com que as autoras do livro realizam a disposição de conceitos gramaticais. Apesar de realizarem uma discussão acerca da variação linguística, e até mesmo diferenciarem norma-padrão⁴ de norma culta, segundo a resenha, as autoras insistem demasiadamente no termo norma-padrão, construindo assim essa visão mais tradicional do ensino de LP (BRASIL. PNLD, 2018).

3.2 ANÁLISE DA PLATAFORMA "NORMA CULTA"

Além de coleções de livros didáticos, um recurso que tem sido muito utilizado por professores e estudantes da Educação Básica na busca por sanar dúvidas a respeito dos conteúdos são os sites que tratam de temas relacionados ao ensino de LP.

Entre os diversos sites que se dedicam a conteúdos voltados à gramática da LP, elegemos para nossa análise o site "Norma Culta: Língua Portuguesa em bom português". A escolha se deveu ao fato de o site ser um dos que aparecem na primeira página de busca do Google quando digitamos "concordância verbal", conteúdo analisado neste estudo.

O site Norma Culta foi criado e é mantido pela empresa portuguesa 7Graus, e os seus conteúdos são produzidos e revisados por uma equipe de professores e profissionais de educação. De acordo com a própria plataforma educativa, o site tem como objetivo fornecer informações relevantes e fidedignas a estudantes sobre assuntos de Gramática da LP. O site contém diversos conteúdos, exercícios e uma grande variedade de exemplos.

⁴ Vale lembrar a importância de se diferenciar os conceitos de norma culta (variedade(s) prestigiada(s) da língua) e a norma-padrão (gramática normativa, e não uma variedade real da língua) (FARACO, 2008, 2020; HOCHSPRUNG, HUNTERMANN, DA CUNHA, 2020).

O foco da plataforma está relacionado a sanar dúvidas de estudantes de forma rápida. Assim, o site é voltado para a descrição das regras da norma culta, que, segundo o site:

[...] é o conjunto de regras e padrões linguísticos usados por falantes com alto nível de escolaridade. Considerada a variedade linguística de maior prestígio, é utilizada em documentos oficiais, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documento jurídicos,.. [sic]. (NEVES, 2007, não paginado).

A plataforma apresenta um link que leva a uma página sobre norma culta, escrita pela professora Flávia Neves. De acordo com ela, são características da norma culta: (i) a imposição de uma “[...] correção gramatical, que implica um uso rigoroso das normas gramaticais”; (ii) “[...] a utilização de estruturas sintáticas complexas e de um vocabulário rico e diversificado, com clara e correta pronúncia das palavras”. Segundo a autora, a norma culta “é o registro ensinado na escola, sendo considerado mais erudito e prestigiado.” Como exemplos de uso da norma culta, a autora menciona a colocação pronominal em ênclise no início da oração, como no exemplo *Dá-me isso, por favor* e também a regência verbal com a preposição adequada, como em *Nós assistimos ao jogo de futebol juntos*.

O que podemos notar pela explicação do termo norma culta, é que há uma confusão entre esse termo e o termo norma-padrão. Embora Neves assuma que há uma diferença entre esses termos:

A norma-padrão pode ser entendida como a norma gramatical, com base na gramática tradicional e normativa. Atua como um modelo idealizado que visa a padronização da língua escrita. A norma culta é a variação que mais se aproxima desse padrão. (NEVES, 2007, não paginado).

Os exemplos dados não fazem parte da norma culta do PB, mas sim de uma norma-padrão em desuso mesmo na escrita. Linguistas como Perini (2016), Castilho (2010) e Bagno (2012) mostram em suas gramáticas descritivas e pedagógicas que a ênclise e certos padrões de colocação pronominal já não são mais utilizados por falantes de PB, mesmo os de variedades mais prestigiadas.

Nesse caso, constatamos que os próprios objetivos do site deveriam ser revistos para que assim façam jus ao tratamento realmente dado aos fenômenos gramaticais da língua.

Voltando à descrição da plataforma, os conteúdos do site são listados na página inicial, mas também podem ser acessados pelos menus principais, quais sejam: estilística, fonologia, literatura, morfologia, ortografia, pontuação, redação, semântica e sintaxe.

Nesta pesquisa, analisamos o conteúdo "Concordância Verbal", disponível no tópico "Sintaxe de Concordância" do menu "Sintaxe". O conteúdo, produzido pela professora de português Flávia Neves, é apresentado de forma mais geral quando clicamos no link "Concordância Verbal", mas há mais conteúdo disponível nas seguintes subdivisões: Concordância verbal com sujeito simples, Concordância verbal com sujeito composto, Concordância verbal com verbos impessoais,

Concordância verbal com a partícula *se*, Concordância verbal com o verbo *ser*, Concordância verbal com o verbo *parecer*, Concordância verbal com os verbos *dar*, *bater* e *soar*, Concordância verbal com verbos no infinitivo, Concordância verbal com *haja vista*.

De acordo com Neves (2007, não paginado), “concordância verbal ocorre quando o verbo se flexiona em número (singular ou plural) e em pessoa (1.^a, 2.^a ou 3.^a pessoa), concordando com o sujeito gramatical”. Essa definição se assemelha bastante às definições apresentadas por Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009) e não leva em consideração as regras variáveis das normas cultas e populares do PB, conforme descritas por Castilho (2010) e Bagno (2012). Os exemplos dados pela autora são todos de concordância redundante, como ***Eu sou feliz*** e ***Nós somos felizes*** (NEVES, 2007, não paginado, grifo da autora)

Ainda no tópico sobre concordância verbal, Neves afirma que, embora as regras de concordância verbal pareçam fáceis, essa é uma falsa impressão, já que muitos falantes podem se confundir com facilidade e errar. Percebemos que neste trecho a autora reforça a ideia de que gramática é algo difícil e ignora o conhecimento internalizado que o falante tem de sua própria língua (VICENTE; PILATI, 2012).

Como já discutimos na Seção 1 deste estudo, as regras de concordância previstas pela tradição normativa não são aplicadas integralmente por nenhum falante do PB e, ao contrário do que defende a plataforma, são poucos os casos em que a variação na concordância é realmente percebida como “erro” (BAGNO, 2012). Dessa forma, defendemos que seria mais interessante do ponto de vista didático, se a plataforma tratasse com mais profundidade desses casos (os quais são apresentados como fáceis), quais sejam: quando o sujeito e o verbo estão na ordem canônica (SV) e quando não há muito material fonético ou de segmentos entre S e V.

Analisando as subdivisões da seção, podemos perceber que na subseção “Concordância verbal com o verbo *ser*”, a autora Neves faz uso de conceitos normativos, seguidos por exemplos. Encontramos essa mesma seção na gramática de Bechara (2009) e Neves utiliza os mesmos exemplos do autor de sujeitos “tudo, nada, o, isto, isso e aquilo” para explicar que a concordância pode se dar também pelo predicativo do sujeito. Na mesma seção, outro tópico que se assemelha são os sujeitos constituídos pelos pronomes interrogativos *quem*, *que*, *o que*. A autora até utiliza um exemplo que não soa muito comum na fala: *Que é este embrulho?*

Um ponto negativo que observamos durante a análise foi o fato de a plataforma ser muito direta e sistemática. Por exemplo, ao se tratar de concordância em verbos impessoais, a plataforma apenas apresenta o conceito de forma breve, alguns exemplos com verbos como *haver*, *fazer* e verbos que indicam fenômenos da natureza. O site poderia apresentar uma infinidade de exemplos, mas acaba focando em um ensino normativo, sem refletir sobre usos e exemplos reais da língua.

Apesar de apresentar uma visão normativa da língua, há no menu Estilística da plataforma uma seção sobre variação linguística. É interessante notar que esta seção aparece dentro do tópico ‘Estudo da Linguagem’ juntamente com outros conteúdos, como ‘Linguagem, língua e fala’, ‘Elementos da Comunicação’, ‘Sincronia e diacronia’, ‘Linguagem formal e informal’, ‘Linguagem coloquial’, entre outros.

Na seção sobre variação linguística, o site se limita a listar os tipos de variação e, em poucas palavras, discorre sobre o preconceito linguístico. Destacamos o seguinte trecho para problematização: “É urgente compreender e aceitar que todas as variedades linguísticas são fatores de enriquecimento e cultura, não devendo ser encaradas como erros ou desvios.” Observa-se que o tratamento dado aos conteúdos gramaticais pelo site vai de encontro a essa afirmação, uma vez que reforça a ideia de erro. Percebe-se que na seção voltada à concordância verbal, os casos de concordância não-redundante não são considerados como inadequados, mas sim como errados, seguindo uma tradição gramatical que foge à defesa de que as variedades linguísticas são fatores de enriquecimento e cultura, como proposto na seção sobre variação linguística da própria plataforma.

Esse posicionamento frente a dados linguísticos comuns na língua como errados fica evidente logo no início da exposição de Neves sobre o tema concordância verbal e dita a maneira como o conteúdo é tratado em todas as subseções: “Embora pareça uma regra simples, existem diversos casos específicos que confundem o falante, podendo levar ao erro.” Aqui a menção ao termo erro é direta e desconsidera o posicionamento da mesma autora na seção sobre variação linguística, como já ressaltamos.

Acrescentamos que, apesar de o foco do site ser o de sanar dúvidas gramaticais ligadas a uma perspectiva normativa, seria bastante proveitoso que se apresentassem mais fenômenos da língua e pelo menos alguns exemplos de outras variedades linguísticas para que, assim, o estudante pudesse se identificar e refletir sobre as diferenças presentes em nossa língua. Além disso, é de suma importância que os exemplos de variedades linguísticas menos prestigiadas não sejam considerados como erros, como o próprio site defende na seção de variação. O uso de termos como adequação e inadequação à norma-padrão e a retomada de conceitos relativos à variação linguística no tratamento do tema seria mais adequado e evitaria a disseminação do preconceito linguístico e o reforço de mitos e do senso comum de que há um português perfeito que é impossível de ser ensinado e entendido⁵.

Mais uma vez, nossa hipótese inicial foi confirmada, já que a plataforma online “Norma Culta” possui uma visão normativa na abordagem de conteúdos da concordância verbal. É importante mencionar que, apesar de a coleção “Veredas da Palavra” também apresentar uma visão normativa no tratamento da gramática, há um esforço maior por parte das autoras em discutir questões relacionadas ao preconceito linguístico e às normas, inclusive quando apresentam conteúdos, e não apenas em um capítulo isolado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir com esta pesquisa que os materiais relacionados ao ensino de LP ainda têm muito a melhorar no tratamento dos fenômenos gramaticais da língua.

⁵ Para uma discussão sobre alguns mitos de linguagem, remetemos o leitor ao livro Othero (2017).

Com isso, em comparação aos dois materiais escolhidos, a abordagem do livro didático apresenta características mais positivas e reflexivas, mas ainda assim acaba por tratar dos tópicos gramaticais, como é o caso da concordância verbal, de forma normativa. Apesar disso, as autoras da coleção mostram preocupação e cuidado com o uso dos termos erro, norma culta e norma-padrão e, ao longo de todo o material, orientam o professor a evitar o preconceito linguístico no tratamento dos conteúdos. Essa preocupação, entretanto, não é visível na plataforma “Norma Culta” que, apesar de dispor de uma seção sobre preconceito linguístico, não relaciona esse tema ao tratamento dado aos conteúdos gramaticais, como a concordância verbal, assumindo uma visão ligada apenas à norma-padrão.

Sendo assim, apesar de o livro didático ainda ter muito o que mudar em relação ao tratamento dos conteúdos gramaticais, como aponta a própria resenha do PNL, há ainda uma preocupação nem sempre vista em materiais didáticos de LP em orientar professores e estudantes sobre temas como variação linguística e normas.

Devemos levar em conta, para as conclusões dessa análise, o fato de a plataforma “Norma Culta” ter objetivos diferentes dos objetivos de uma coleção de livros didáticos e, claro, que materiais utilizados em escolas devem e precisam dar mais atenção a esses detalhes. Entretanto, pelo fato de o site ser usado para sanar dúvidas de estudantes de todo o Brasil, seria conveniente que apresentasse algumas reflexões e exemplos mais reais da fala, não somente de regras da norma-padrão, insistindo assim na ideia de estudar a gramática como decoreba e memorização, algo que deve ser desconstruído.

Dessa forma, a hipótese levantada no início deste artigo foi confirmada, já que ambos os materiais de ensino de LP seguem uma linha normativa e tradicional no tratamento da concordância verbal.

Em pesquisas futuras, pretendemos ampliar nosso estudo, desenvolvendo, assim como em pesquisas já existentes sobre o tema (como CARDOSO; COBUCCI, 2014; FERREIRA; VICENTE, 2015), propostas para o tratamento desse fenômeno linguístico que coloquem o aluno como protagonista, ou seja, que sua competência linguística seja tratada como elemento central para a construção de hipóteses e de gramáticas em sala de aula.

Referências

AVELAR, Juanito Ornelas. *Saberes gramaticais: formas, normas e sentidos no espaço escolar*. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, Marcos. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

BASSO, Renato Miguel; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Feynman, a linguística e a curiosidade, revisitado. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p. 13-40, 2012.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris et al. (Org.). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. MEC. *Edital de Convocação 4/2015-CGPLI*. Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF, 2019.

CARDOSO, Caroline Rodrigues; COBUCCI, Paula. Concordância de número no português brasileiro. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (Org.). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014. p. 71-107.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro, 2008.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 107-128.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. *Bases para uma pedagogia da variação linguística*. Conferência apresentada por Carlos Alberto Faraco [s.l., s.n], 2020. 1 vídeo (1h 9min 15s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kS-RHie0Zw.2020>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FIGUEIREDO SILVA, M. C.; MEDEIROS, A. B. *Para conhecer morfologia*. São Paulo: Contexto, 2016.

HERNANDEZ, Roberta; MARTIN, Vilma Lia. *Veredas da palavra*. Manual do professor. São Paulo: Ática, 2016.

HOCHSPRUNG, V.; HUNTERMANN, C.; ZENDRON DA CUNHA, K. Como falar sobre as bases da pedagogia da variação linguística num contexto sem norma de referência? *Revista da ABRALIN*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 1-5, 27 jun. 2020.

HOCHSPRUNG, Vitor; ZENDRON DA CUNHA, Karina. Que gramática se ensina na escola? Uma análise das classes de palavras em livros didáticos. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 8, n. 2, p. 589-603, maio-ago. 2019.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MONGUILHOTT, I. O. S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

NEVES, Flávia. *Concordância verbal*. Norma culta: língua portuguesa em bom português. [S.l.] [2007?]. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/concordancia-verbal/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NEVES, Flávia. *Norma culta*. Norma culta: língua portuguesa em bom português. [S.l.] [2007?]. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/norma-culta/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

OTHERO, G. A. *Mitos de linguagem*. São Paulo: Parábola, 2017.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel; QUAREZEMIN, Sandra. *Construindo gramáticas na escola*. Florianópolis: UFSC/CCE/DLLV, 2013.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; QUAREZEMIN, Sandra. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; QUAREZEMIN, Sandra. Artefatos em gramática: ideias para aulas de língua. In: PIRES DE OLIVEIRA, R.; QUAREZEMIN, S. (Org.) *Artefatos em gramática: ideias para aulas de língua*. Florianópolis: DLLV/CCE/UFSC, 2020. p. 7-13.

QUAREZEMIN, Sandra. Notas sobre adjunção – em defesa da iniciação científica nas escolas. In: GUESSER, Simone (Org.) *Linguística: pesquisa e ensino – v. 2*. Boa Vista: EDUFRR, 2016. p. 197-214.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, p. 107-129, 2006. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12597>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no PB. *D.E.L.T.A.*, v. 23, n. 3, esp., p. 283-317, 2007.

VITORINO, M. A.; SILVA, C. R. T. Livros didáticos de português: como enfocam concordância e sujeito posposto? *SOLETRAS*, n. 26, p. 312-329, 2013.

Para citar este artigo

HUNTERMANN, Caroline; ZENDRON DA CUNHA, Karina. O ensino de concordância verbal no Ensino Médio: uma análise em livros didáticos e em uma plataforma online de língua portuguesa. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 1, p. 85-106, jan.-abr. 2021.

As autoras

Caroline Huntermann é estudante de graduação no Curso de Letras, Português, Inglês da Universidade Regional de Blumenau (FURB). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-8591-0318>.

Karina Zendron da Cunha é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atua como docente do Departamento de Letras da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6579-7522>.

Apoio e financiamento:

Universidade Regional de Blumenau – FURB